



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP ESTRUTURA CONCEICUTAL), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Por sua vez, a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP 11), que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis, publicada pelo CFC, especifica que as Notas Explicativas contêm informação adicional em relação àquela apresentada nas demonstrações contábeis, que seja relevante para a sua compreensão. Oferecem descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados, como também sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

1. Informações Gerais

Enumerados no artigo 92 da Constituição Federal de 1988, como órgãos do Poder Judiciário, os Tribunais de Justiça estaduais, integram a justiça comum nos Estados juntamente com os Tribunais Federais. Sua competência e organização estão definidas na Constituição de cada Estado, e no respectivo Código de Organização Judiciária.

Com sede na capital e jurisdição em todo território do estado, o **Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)**, conta, atualmente, com uma força de trabalho de 52 (cinquenta e dois) Desembargadores, 553 (quinhentos e cinquenta e três) Juizes de direito e 7.994 (sete mil novecentos e noventa e quatro) Servidores Públicos ativos, atuando na área fim e na área meio, ambas no mister da prestação jurisdicional ao cidadão, visando a pacificação social.

O custo necessário ao bom funcionamento da máquina judiciária é suportado por meio de orçamento público aprovado em Lei Orçamentária. Por sua vez, a operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ).

Nesse contexto, em cumprimento à legislação e à necessidade de possibilitar o controle social, o Poder elabora e publica as demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Para tanto, observa-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), fruto do processo de convergência contábil das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais.

Compromissado com esse processo, o Poder vem implementando várias ações no acompanhamento do cumprimento dos prazos de implantação estabelecidos na Portaria nº 548 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, de 24 de setembro de 2015, e alterações monitorados pelo Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE), por meio de Anexo à prestação de contas anual do Poder.

Dentre as ações, conta com a continuidade da implantação do sistema PE-Integrado do Governo do Estado, contemplando os módulos de compras, licitações, contrato, patrimônio e almoxarifado, especialmente, devido a integração com o Sistema Corporativo eFisco, ferramenta de gestão da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, utilizada por todos os Órgãos e Entidades dos Poderes, consoante prescrito no Decreto nº 31.276/08 e no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2001– Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Base das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (L.R.F.).

O processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público às normas internacionais está em andamento, existindo normas internacionais (IPSAS) que ainda serão adotadas como normas brasileiras, servindo, nesse caso, como referencial teórico para os temas ainda não regulamentados.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis são apresentadas em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Por tratarem-se das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário, agregam, portanto, os saldos da Unidade Gestora Executora (UGE) 070001 – TJPE e da UGE 070002 – FERM-PJ, representando uma única unidade contábil, excluindo-se as transações recíprocas entre as unidades envolvidas, partindo das informações constantes no Sistema Corporativo e-Fisco, do Poder Executivo estadual.

Registre-se, por oportuno, que as demonstrações individualizadas, por unidade gestora do Poder, estão disponíveis no endereço <http://www.tjpe.jus.br/web/transparencia/contas-publicas/informacoes-do-exercicio-de-2019>.

2.1. Principais Práticas Contábeis

2.1.1 Disponibilidades

Compreendem o caixa e equivalentes de caixa e são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo

Referem-se aos direitos a receber relacionados, principalmente, com: (i) acordos com servidores e ex-servidores; (ii) multas por descumprimento contratual de fornecedores; (iii) arrendamentos; e (iv) ressarcimento de pessoal cedido. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Com base na perspectiva de recebimento, é constituído ajuste para perdas. Essa conta possui natureza devedora, registrada como redutora do ativo. A metodologia de cálculo utilizada encontra-se detalhada no item 2.1.4 abaixo.

2.1.3 Estoques

Compreendem os materiais de consumo e de limpeza, medicamentos e materiais hospitalares, abarcando, assim, todo o almoxarifado do Poder. São registrados com base no custo histórico, ou seja, pelo valor de aquisição/produção. Por sua vez, o



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

2.1.4 Créditos a Longo Prazo

Compostos pelos valores inscritos em dívida ativa não tributária, decorrentes, em sua maioria, de créditos a receber de acordos com servidores e ex-servidores, bem como descumprimentos contratuais. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período.

O MCASP (8º edição) não define metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Este está sendo registrado pelo Poder desde 2015, com base em orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	Ano 3	Ano 2	Ano 1
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1 \times 100$	$d2=a2/c2 \times 100$	$d3=a3/c3 \times 100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e = (d1 + d2 + d3) / 3$		
Ajuste para Perdas	$f = 100 - e$		

2.1.5 Imobilizado

O ativo imobilizado compreende os bens móveis e imóveis da instituição. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares que aumentem a sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Em se tratando daqueles obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

No contexto de implantação das NBCASP, alguns procedimentos iniciais estão sendo realizados, seguindo cronograma informado ao Tribunal de Contas do Estado-TCE/PE, anexo à prestação de contas anual do Poder, bem como orientações



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

específicas contidas no MCASP, dentre as quais, destaca-se que a entidade “deve reconhecer os efeitos do reconhecimento inicial dos ativos como ajuste de exercícios anteriores no período em que é reconhecido pela primeira vez de acordo com as novas normas contábeis (...)”.

2.1.5.1 Bens Móveis

Os bens estão reconhecidos ainda a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Infraestrutura. Os procedimentos de avaliação estão em processo de discussão na instituição, tendo sido definido, com o intuito de melhorar a evidenciação desses ativos, que os bens móveis adquiridos nos últimos 10 anos seriam depreciados a partir de 2019 por meio de nova rotina do sistema informatizado de controle patrimonial, desenvolvida pela Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação. Entretanto, por questões operacionais, o início da depreciação não ocorreu.

2.1.5.2. Bens Imóveis

A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas situações, a depreciação está sendo registrada, com base na vida útil informada pela DEA.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens até então avaliados pela DEA, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, foram também incorporados ao patrimônio deste.

2.1.6 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. No caso deste Poder, corresponde especificamente a softwares e são amortizados quando possuem vida útil definida.

2.1.7 Depreciação e amortização

A depreciação representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. A amortização, por sua vez, é



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

realizada para bens incorpóreos registrados como ativo intangível. A causa que influencia a redução do valor do ativo é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.

Quanto à depreciação, desde 2016, iniciou-se o reconhecimento deste fenômeno para os bens imóveis avaliados pela DEA, além de um imóvel cedido pelo TCE, como também dos construídos a partir desse exercício. No entanto, tendo em vista à época de desenvolvimento do sistema de Gestão Patrimonial não ter previsto rotina de depreciação, o cálculo vem sendo realizado em planilha Excel, com base na vida útil definida pela DEA, adotando-se o método de quotas constantes.

Para os bens móveis, considerando a grande base de dados do Poder, como também a perspectiva que havia de implantação do módulo de patrimônio do PE-Integrado somente para o segundo semestre/2020, as áreas envolvidas definiram os parâmetros para construção da rotina de depreciação no sistema de Gestão Patrimonial do Poder, finalizada no segundo semestre de 2019 pela Secretaria da Tecnologia, Informação e Comunicação –SETIC

A implementação estava prevista para ocorrer ainda em 2019, especificamente para os bens adquiridos nos últimos 10 anos. Os demais seriam avaliados dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas vigentes. Porém, em função de problemas operacionais, a área competente não conseguiu implementar a depreciação.

Em relação ao procedimento de amortização, deu-se início em 2012, controlado por meio de planilha em Excel pela mesma justificativa anteriormente citada. A SETIC é a responsável pela definição do tempo de vida útil dos softwares considerados como de vida útil definida, bem como pela revisão daqueles classificados como indefinida. A vida útil é o critério utilizado como base para a amortização, calculada pelo método de quotas constantes e sem valor residual.

2.1.8 Passivo Circulante

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado. Destacam-se as férias, 13º salário e licença prêmio, verbas essas que são apropriadas mensalmente por competência, refletindo os valores devidos até o encerramento do exercício. Especificamente sobre o passivo de licença prêmio, é registrado o valor devido a servidores que possuam dez ou mais anos de efetivo exercício prestado, em acordo a legislação vigente. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

2.1.9. Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas são reconhecidas quando arrecadadas e as despesas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal, classificadas em conformidade com a Parte I e Anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela STN, que trata dos aspectos orçamentários.

2.1.10 – Apuração do Resultado

A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial

Decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais, em observância ao regime de competência.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da entidade.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas (ou realizadas) e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades.

É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

2.2. Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder

Conforme preceitua o MCASP:

Consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macro agregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado.

No setor público brasileiro, a consolidação pode ser feita no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) ou em âmbito intergovernamental (consolidação nacional).

A consolidação nacional é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e abrange todas as entidades incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), a saber:

- a. as esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios);
- b. os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); e
- c. a administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. (MCASP, 8ª edição, pág. 464)

Nesse contexto, para a elaboração das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário de Pernambuco, foram realizadas as seguintes exclusões de saldos recíprocos decorrentes de transações entre as unidades do próprio Poder. Esses valores são identificados conforme metodologia adotada no registro contábil de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Importante esclarecer que não houve ajustes na consolidação do Balanço Orçamentário, tampouco da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	2019	2018
Balanço Patrimonial		
Ativo	685.101,73	186.477,40
Passivo	685.101,73	186.477,40
Demonstração das variações Patrimoniais		
Variações Patrimoniais Aumentativas	29.056.421,81	64.160.450,51
Variações Patrimoniais Diminutivas	29.056.421,81	64.160.450,51
Balanço Financeiro		
Ingressos	10.774.828,61	2.161.835,22
Dispêndios	10.774.828,61	2.161.835,22



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- Balanço Patrimonial – MCASP
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

3.1. Balanço Patrimonial - MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	2019	2018
Conta Única	2.990.249,13	1.790.053,93
Contas Movimento	3.880.807,20	2.724.521,55
Poupanças	5.288,87	-
CDB/RDB	61.373.075,83	39.585,45
Fundos de Aplicação Financeira	83.381.692,31	130.442.250,87
TOTAL	151.631.113,34	134.996.411,80

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Créditos a Curto Prazo – Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, evidenciados no quadro a seguir.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Descrição	2019	2018
Créditos a receber pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais ¹	5.785.042,43	5.504.013,47
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.730.825,76	3.730.825,76
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais) ²	(3.598.008,36)	(3.645.389,85)
Convênio de Cessão de Pessoal	2.477.610,54	1.787.787,24
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.761.152,92	1.824.472,36
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores ²	(1.698.455,88)	(1.782.691,94)
Créditos a receber provenientes da folha de pagamento - Santander e Bradesco ³	1.545.187,08	-
Outros créditos tributários a receber ⁴	362.230,69	362.230,69
Créditos a receber por outros contratos	139.626,73	73.963,17
(-) Ajuste de perdas de créditos a receber por outros contratos ²	(134.656,02)	(71.752,22)
Créditos a receber por arrendamentos	82.611,89	92.202,06
Suprimento de Fundos Institucional	16.531,78	12.079,34
Multas em processo administrativo disciplinar	8.000,00	-
Créditos a receber de fornecedores	-	4.418.918,96
Outros Créditos a receber	-	-
TOTAL	10.477.699,56	12.306.870,96

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Valores a receber de dezembro, ingressados em janeiro do ano subsequente;

² O ajuste corresponde a 96,44% respectivos créditos, calculado conforme metodologia descrita no item 2.1.2. Os demais créditos não foram ajustados, em virtude de razoável certeza de seu recebimento no curto prazo;

³ Valores a receber de dezembro, decorrentes da operacionalização da folha de pagamento, recebidos em janeiro/2020;

⁴ Refere-se a valores a receber relativo a dois processos referente Taxa de Serviço Notarial e Registrais-TSNR, que se encontram na Superintendência Jurídica da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PE), para fins de constituição do crédito tributário.

Nota 3 – Estoques – Compostos por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Infraestrutura e o outro de materiais médicos e odontológicos geridos pelo Centro de Saúde do TJPE.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Descrição	2019	2018
Almoxarifado - Material de Consumo	5.144.779,55	6.343.048,53
Almoxarifado - Saúde	205.182,96	251.765,44
Total	5.349.962,51	6.594.813,97

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 4 – VPD Pagas Antecipadamente – Pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas (VPD), referente a Prêmios de Seguros e Assinaturas e Anuidades.

Nota 5 – Créditos a Longo Prazo – Compreendem o valor a receber a título de Dívida Ativa não Tributária, relativos a multa contratual aplicada a fornecedor, multa por penalidade aplicada a cartório e valores recebidos por ex-servidores sujeitos a devolução, deduzido do ajuste para perda, que em 2019 representou 99,45%, calculado com base na metodologia explicitada no item 2.1.4.

Descrição	2019	2018
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	2.093.119,48	1.851.632,72
(-) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(2.081.607,32)	(1.832.190,57)
Total	11.512,16	19.442,15

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 6 – Imobilizado – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo. Conforme exposto no item 2.1.7, há apenas o reconhecimento da depreciação dos bens imóveis já avaliados, bem como de um imóvel cedido pelo TCE.

Descrição	2019	2018	Crescimento %
	(a)	(b)	(c) = (a - b) / b*100
Bens Imóveis	713.324.636,85	711.187.758,70	0,30%
Bens Móveis	242.036.107,77	237.499.679,35	1,91%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(32.825.581,37)	(23.028.490,13)	42,54%
Total	922.535.163,25	925.658.947,92	-0,34%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Devido à relevância desse grupo, optou-se pelo detalhamento dos bens móveis e imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo:

Descrição	2019	2018	Variação 2019 / 2018	Análise Vertical 2019	Análise Vertical 2018
Bens de Informática	102.006.335,62	96.243.602,12	5,99%	42,15%	40,52%
Móveis e Utensílios	63.442.521,17	64.493.698,65	-1,63%	26,21%	27,16%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas ¹	54.250.061,41	53.802.428,22	0,83%	22,41%	22,65%
Veículos	20.518.354,84	21.156.862,16	-3,02%	8,48%	8,91%
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.725.820,07	1.709.892,34	0,93%	0,71%	0,72%
Obras de Arte e Peças para Exposição	78.284,72	78.345,92	-0,08%	0,03%	0,03%
Materiais Culturais, Educação e de Comunicação	14.729,94	14.849,94	-0,81%	0,01%	0,01%
Total	242.036.107,77	237.499.679,35	1,91%	100,00%	100,00%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ A Contabilidade encontra-se a maior no montante de R\$ 402.633,67 em relação ao inventário físico, decorrente de processos de doações não encaminhados tempestivamente para baixa dentro do exercício.

Descrição	2019	2018	Variação 2019 / 2018	Análise Vertical 2019	Análise Vertical 2018
Edificações em Geral	553.358.442,93	499.664.704,99	10,75%	77,57%	70,26%
Terrenos com Edificações	95.062.522,38	96.687.334,35	-1,68%	13,33%	13,60%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	27.809.214,30	27.809.214,30	0,00%	3,90%	3,91%
Obras em Andamento	16.456.549,36	66.920.415,79	-75,41%	2,31%	9,41%
Terrenos sem Edificações	14.553.967,33	14.553.967,33	0,00%	2,04%	2,05%
Instalações	4.249.218,99	2.888.115,64	47,13%	0,60%	0,41%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	0,00%	0,18%	0,18%
Estudos e Projetos	325.726,11	807.512,54	-59,66%	0,05%	0,11%
Instalações em Andamento	219.293,89	566.792,20	-61,31%	0,03%	0,08%
Subtotal	713.324.636,85	711.187.758,70	0,30%	100%	100%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis ¹	(32.825.581,37)	(23.028.490,13)	42,54%	-	-
Total	680.499.055,48	688.159.268,57	-1,11%	-	-

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Refere-se à depreciação sobre Edificações em Geral, Instalações e Bens Imóveis Cedidos por Terceiros.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Nota 7 – Intangível – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida.

Detalhamento	2019	2018
Softwares em Uso	30.596.458,71	28.470.359,91
(-) Amortização Acumulada	(21.848.169,46)	(21.316.973,48)
TOTAL	8.748.289,25	7.153.386,43

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito e encargos a pagar, entre outros, evidenciados no quadro.

Descrição	2019	2018	Varição 2019 / 2018
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil ¹	63.695.977,31	79.032.740,90	-19,41%
Licença Prêmio ¹	29.558.292,42	28.602.479,88	3,34%
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil ¹	20.583.965,30	25.588.354,06	-19,56%
Férias - Contribuição Patronal RPPS ¹	14.516.397,82	18.625.484,01	-22,06%
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil ¹	4.029.302,50	3.922.080,00	2,73%
Pessoal de Exercícios Anteriores	733.773,78	1.571.606,43	-53,31%
Contribuição Patronal ao SASSEPE	705.838,43	627.151,65	12,55%
Férias – Contribuição Patronal INSS ¹	405.465,88	363.239,14	11,63%
Contribuição Patronal ao INSS	688.237,07	291.801,35	135,86%
Demais Obrigações	27.945,00	91.017,84	-69,30%
Total	134.945.195,51	158.715.955,26	-14,98%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Refere-se a apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.

Nota 9 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreendem outras obrigações da entidade junto a terceiros, conforme quadro abaixo:



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Descrição	2019	2018
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	33.206.794,11	28.688.990,57
Consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	12.902.834,45	171.358,23
Imposto de Renda Retido a Recolher – Folha de Pessoal Civil	15.936.044,04	12.478.323,30
Depósito de Terceiros	3.016.576,18	2.347.380,93
Demais Obrigações	2.152.513,87	1.980.683,19
Total	67.214.762,65	45.666.736,22

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 10 – Resultados Acumulados – Compõem o Patrimônio Líquido - PL da entidade, detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2019	2018
Resultado do Exercício ¹	16.545.156,62	(28.004.903,55)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(4.867.151,18)	(17.261.748,19)
SUBTOTAL	11.678.005,44	(45.266.651,74)
Resultado de Exercícios Anteriores	873.729.085,40	918.995.737,14
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	885.407.090,84	873.729.085,40

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.

Descrição	2019	2018
Avaliação das doações concedidas – Bens Móveis ¹	(4.075.291,97)	(3.596.486,41)
Revisão da Vida Útil de Softwares	(596.801,19)	-
Avaliação de Imóveis	(95.818,36)	15.129.639,50
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(99.239,66)	(192.421,40)
Reconhecimento do Passivo com Licença Prêmio	-	(28.602.479,88)
TOTAL	(4.867.151,18)	(17.261.748,19)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Refere-se a ajuste dos bens doados no exercício, com base em avaliação realizada pelo setor de patrimônio do Poder, razão pela qual foi registrada como ajuste de exercícios anteriores, considerando que os bens estavam registrados a custo histórico. O valor líquido contábil foi baixado do ativo contra uma variação patrimonial diminutiva do período.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964

Nota 11 – O ativo e passivo são classificados em financeiro e permanente, os quais representam, respectivamente, a independência ou não de autorização orçamentária/legislativa.

É por meio desse quadro que pode ser calculado o superávit financeiro do exercício, ao comparar o ativo e passivo financeiros. Tal resultado é também evidenciado em quadro próprio, tendo atingido em 2019 o montante de R\$ 72.162.387,57.

3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964

Nota 12 - Evidencia as contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, denominados atos potenciais do ativo e do passivo. Entretanto, ainda não há informações registradas a esse título, especialmente aquelas relacionadas a garantias e contragarantias recebidas e direitos contratuais.

Em que pese a IPC 04 versar apenas a respeito de atos que possam vir a afetar o patrimônio, informa-se que há registros a partir de 2012 em contas de controle associadas ao controle financeiro das contas bancárias, vinculadas a pagamentos de precatórios, subordinados ao regime especial, que não afetam o patrimônio do Tribunal, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 99/2017.

Ente Devedor	Saldo Bancário em 31/12/2019	Saldo Bancário em 31/12/2018
Estado de Pernambuco	91.412.602,24	222.056.149,28
Municípios	58.110.537,07	56.058.785,57
Total	149.523.139,31	278.114.934,85

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

Nota 13 - O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo apresentado por destinação (fontes) de recursos.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, conforme definição do MCASP.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Correspondem apenas a Taxas, conforme detalhado a seguir:

Descrição	2019	2018
Taxa Sobre Serviços Notariais ou Registrais – TSNR	80.511.588,21	80.918.816,94
(-) Restituição de Taxa Sobre Serviços Notariais ou Registrais – TSNR	(258.580,18)	(139.626,29)
Custas Judiciais	75.827.479,34	62.629.708,55
(-) Restituição de Custas Judiciais	(81.598,00)	(289.660,78)
Taxas Judiciais	38.094.610,55	36.036.936,98
(-) Restituição de Taxas Judiciais	(51.813,17)	(218.100,06)
TOTAL	194.041.686,75	178.938.075,34

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – A variação positiva, em relação ao ano anterior, justifica-se pelo incremento na receita de cessão da operacionalização da folha de pagamento, bem como com o início do recebimento pelos serviços de fornecimento de selo digital, conforme detalhado no quadro abaixo.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Descrição	2019	2018
Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	2.394.695,81	632.875,00
Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	1.948.717,75	-
Receita de Arrendamentos	1.261.147,74	1.118.661,48
Outras Receitas	288.329,54	159.397,73
(-) Restituição da Receita de Serviços de Fornec. de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	(250,00)	-
TOTAL	5.892.640,84	1.910.934,21

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 3 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras – Do total, destaca-se 98,28% referente a Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras e 1,60% a Atualização da Dívida Ativa não Tributária.

Nota 4 – Transferências e Delegações Recebidas - Correspondem principalmente a transações recebidas entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores e bens.

Descrição	2019	2018
Transferências Intragovernamentais	1.491.285.871,00	1.280.619.636,36
Duodécimos Recebidos ¹	1.490.883.300,04	1.280.214.000,04
Bens imóveis - Cessões Devolvidas Intra OFSS ²	402.570,96	405.636,32
Transferências de Pessoas Físicas ³	18,00	-
Transferências Intergovernamentais	-	356.285,00
Total	1.491.285.889,00	1.280.975.921,36

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Em 2019, contempla R\$ 115.000.080,45 referente a crédito suplementar ao montante inicialmente previsto na Lei Orçamentária Anual, conforme Decretos nº 47.565/19, 47.794/19, 48.123/19 e 48.191/19.

² OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

³ Valores recebidos a título de doação para complementação de aquisições realizadas com a utilização de suprimento institucional.

Nota 5 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Compreendem em 2019 os Ganhos com Incorporação de Ativos, no valor de R\$ 16.892,56, como também os com Desincorporação de Passivos, no valor total de R\$



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

55.490.357,86. Esta última abrange R\$ 52.675.043,92 decorrente de ajustes no passivo de férias e R\$ 2.815.313,94 referente a ajustes no passivo de licença prêmio, cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar, com base nas informações recebidas da Secretaria de Gestão de Pessoas, implicando em registros de VPA e VPD, a depender da variação do saldo do passivo.

Nota 6 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Compreendem a Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas, como também o grupo de Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas.

Em 2019, o ajuste para perdas sobre créditos não tributários de curto prazo, calculado proporcionalmente, conforme metodologia detalhado no item 2.1.4, mensurado em 96,44%, resultou em uma redução no ajuste já registrado. Em relação às Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, destacam-se a receita pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, conforme detalhado no quadro abaixo.

Descrição	2019	2018
Receita pela Administração dos Depósitos Judiciais em Bancos Oficiais	69.440.699,55	65.878.160,95
Receitas Incidentes sobre os Emolumentos ¹	7.472.837,97	-
(-) Restituição de Receitas Incidentes Sobre Os Emolumentos	(3.752,72)	-
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	4.509.711,21	5.062.580,61
Indenizações e Restituições	1.012.821,67	1.193.040,46
Multas Administrativas	189.385,83	161.950,81
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	131.617,55	446.791,66
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas	18.596,16	1.108.487,43
(-) Restituição de VPA decorrente de Fatos Geradores Diversos	(118.042,04)	-
Total	82.653.875,18	73.851.011,92

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Compreende as Receitas Incidentes sobre os emolumentos, com os valores percentuais de 1% para o FERM e 2% para o FUNSEG, este último executado pela UGE 070001-TJ.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Nota 7 – Pessoal e Encargos – Compreendem as VPD's relacionadas aos dispêndios com remuneração de servidores e magistrados, incluindo encargos patronais e benefícios, conforme descrito no quadro abaixo.

Descrição	2019	2018	2019/2018
Remuneração a Pessoal ¹	1.175.509.680,69	1.007.377.551,19	16,69%
Encargos Patronais	258.107.066,18	228.796.421,61	12,81%
Benefícios a Pessoal	147.365.564,94	166.854.814,66	-11,68%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	16.752.395,41	9.850.327,94	70,07%
Total	1.597.734.707,22	1.412.879.115,40	13,08%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Inclui principalmente Salário e Vencimentos dos servidores e magistrados, 13º Salário, Gratificações, Férias e Abono Permanência.

Em relação aos Benefícios pagos ao corpo funcional do Poder, verificou-se um decréscimo de 11,68%, conforme detalhado abaixo.

Descrição	2019	Análise vertical 2019	2018	% Acréscimo 2019/2018
Auxílio Alimentação ¹	82.955.334,12	56,29%	82.635.518,23	0,39%
Indenização De Transporte ²	20.435.372,32	13,87%	18.436.843,00	10,84%
Parcela Indenizatória Ref. Exercício de Cargos - Lei Complementar 100/2007 ³	18.005.595,64	12,22%	12.790.316,50	40,78%
Auxílio Transporte ⁴	13.799.701,79	9,36%	13.543.864,30	1,89%
Auxílio Saúde ⁴	11.682.785,00	7,93%	11.706.950,00	-0,21%
Demais benefícios	486.776,07	0,33%	966.469,29	-49,63%
Auxílio Moradia ⁵	-	0,00%	26.774.853,34	-100,00%
Total	147.365.564,94	100,00%	166.854.814,66	-11,68%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Auxílio Alimentação pago a servidores e magistrados.

² Indenização de transportes pago a oficiais de justiça para exercício de sua atividade.

³ Refere-se à verba indenizatória paga a magistrado.

⁴ Benefício concedido a servidor.

⁵ Auxílio Moradia pago a magistrados, suspenso em 2018, por decisão do STF.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Já em relação as Outras Variações Patrimoniais Diminutivas com Pessoal e Encargos, contemplam despesas classificadas como Indenizações e Restituições Trabalhistas, Licença Prêmio - Pessoal Civil, Ressarcimento de Pessoal à Disposição do Estado e Pessoal Requisitado de Outros Órgãos.

Nota 8 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Evidenciam despesas a título de Auxílio Funeral.

Nota 9 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Evidencia a depreciação e a amortização, calculadas pelo método das quotas constantes, a utilização de material de consumo e a aquisição de serviços conforme detalhado no item 2.1.7.

Descrição	2019	2018
Serviços	122.894.802,04	119.218.321,69
Locação de mão de obra	55.977.730,23	52.417.111,27
Demais Serviços	48.164.462,83	46.020.041,24
Serviços TIC	10.021.347,98	17.097.084,92
Diárias, passagens e despesa com deslocamento	8.731.261,00	3.684.084,26
Uso de Material de Consumo	12.101.485,20	10.372.367,28
Depreciação de Bens Imóveis	10.022.052,94	8.451.534,65
Amortização de Intangível	2.663.503,72	3.636.749,10
Total	147.681.843,90	141.678.972,72

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 10 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras – Compreendem os Juros e Encargos de Mora.

Nota 11 – Transferências e Delegações Concedidas – Compreendem as Transferências Intragovernamentais, Intergovernamentais e aquelas destinadas a Instituições Privadas.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Descrição	2019	2018
Transferências Intragovernamentais	65.849.340,96	38.148.436,57
Transferências Intergovernamentais	3.323.679,50	4.856.656,10
Transferências a Instituições Privadas	1.066.702,14	1.720.134,55
Total	70.239.722,60	44.725.227,22

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

As transferências intragovernamentais correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Estado de PE e do próprio Poder, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis e imóveis.

Descrição	2019	2018
Repasses financeiros concedidos	60.807.967,05	34.790.452,87
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	15.319,51	10.347,72
Bens Imóveis - Cessões devolvidas	5.026.054,40	464.340,53
Bens Imóveis - Cessões Concedidas	-	2.883.295,45
Total	65.849.340,96	38.148.436,57

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Os repasses financeiros concedidos, evidenciados acima no valor de R\$ 60.807.967,05, compreendem o repasse ao Poder Executivo estadual de R\$ 60.000.000,00, conforme Lei nº 16.680/2019, para aplicação em ações de ressocialização, repressão à criminalidade e combate à violência, além do montante de R\$ 807.967,05, transferido para a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/96.

Já em relação às Transferências Intergovernamentais Concedidas, do montante de R\$ 3.323.679,50, R\$ 2.760.607,42 refere-se a cessão de 4 imóveis a municípios, R\$ 451.204,00 a doações de móveis para a União, R\$ 68.794,00 a doação de móveis a municípios e R\$ 43.074,08 a devolução de imóvel cedido, pertencente a município.

As Transferências a Instituições Privadas, no valor de R\$ 1.066.702,14, evidenciam a despesa executada a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Nota 12 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos – Do montante, R\$ 1.154.008,61 refere-se a Desincorporação de Ativos e R\$ 249.416,75 a Ajuste para Perdas em Dívida Ativa não Tributária. Quanto a Desincorporação de Ativos, corresponde a baixa de bens móveis e imóveis, conforme tabela a seguir:

Descrição	2019	2018
Doação de Bens Móveis ¹	993.080,79	376.354,35
Desincorporação de Créditos a Receber não Tributários	129.899,82	339.790,88
Outras Baixa de Bens Móveis	27.053,00	7.950,00
Outras Desincorporações de Bens Móveis / Imóveis ²	3.975,00	961.002,13
Total	1.154.008,61	1.685.097,36

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Realizada para entidades sem fins lucrativos, bem como unidades do Poder Executivo estadual. Registrada pelo valor líquido contábil que corresponde a avaliação realizada pelo setor de Patrimônio, para os bens considerados inservíveis / antieconômicos.

² Em 2018, refere-se a desincorporação de bens imóveis por demolição, remembramento, dentre outros. Já em 2019, refere-se a bens móveis.

Nota 13 – Tributárias – Correspondem especificamente às variações decorrentes de Taxas.

Nota 14 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Compreendem Premiações, Ressarcimento de Transporte, Indenizações e Restituições.

5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- Balanço Orçamentário – MCASP
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

5.1. Balanço Orçamentário - MCASP

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

"Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício."

Além disso, as colunas "Saldo" e "Saldo da Dotação", que historicamente foram apresentadas por valores iguais, no novo modelo não coincidem, em virtude das orientações contidas no MCASP que não considera a diferença entre a receita prevista e a despesa fixada. O déficit ou superávit deve ser informado apenas para a execução.

Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Compreende as receitas diretamente arrecadadas, relativas a Custas e Taxa Judiciais, bem como Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR), sendo apresentada pelo seu valor líquido, conforme orientação da IPC 07. A receita tributária bruta arrecadada foi de R\$ 194.433.678,10, sendo deduzido o montante de R\$ 391.991,35, resultando numa receita tributária líquida de R\$ 194.041.686,75, correspondente ao crescimento percentual de 8,66% em relação ao exercício de 2018. Destaque-se que o crescimento da arrecadação de 2018 em relação à 2017 foi de 3,29%. As deduções da receita correspondem a restituições de recursos recebidos a maior ou indevidamente.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Descrição da	Arrecadação por Exercício		
	2019	2018	% (2019/2018)
Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Custas Judiciais	75.745.881,34	62.340.047,77	21,50%
Taxas Judiciais	38.042.797,38	35.818.836,92	6,21%
Taxa de Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	80.253.008,03	80.416.959,96	-0,20%
TOTAL	194.041.686,75	178.575.844,65	8,66%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Outras Receitas Correntes – São impactadas principalmente pela arrecadação da receita advinda da remuneração pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, que representa 84,97% do total arrecadado nesse grupo.

Nota 3 – Total das Receitas – As receitas arrecadadas (realizadas) corresponderam a 103,87% das receitas previstas, representando um superávit de arrecadação no valor de R\$ 10.732.437,12, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas	Saldo (Superávit de Arrecadação)
(a)	(b)	(c) = (b - a)
277.325.100,00	288.057.537,12	10.732.437,12

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 4 – Déficit Orçamentário – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = (a - b)
288.057.537,12	1.730.121.594,97	(1.442.064.057,85)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas e concedidas, o resultado apresentado seria deficitário no valor de R\$ 11.988.724,86. Esse déficit foi suportado pela utilização de parte dos recursos do superávit financeiro do ano anterior, autorizado mediante crédito adicional.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Transferências Concedidas à Defensoria Pública e ao Poder Executivo	Déficit
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
288.057.537,12	1.490.883.300,04	1.730.121.594,97	60.807.967,05	(11.988.724,86)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Saldos de Exercícios Anteriores – O valor de R\$ 11.823.735,78 representa 14,05% do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2019.

Nota 6 – Dotação Inicial - Na Lei Orçamentária Anual de 2019, a diferença entre a dotação inicial da despesa quando comparada com o montante previsto da receita inicial refere-se a previsão do duodécimo a receber, deduzido de R\$ 900.000,00 destinados à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que poderá executar esse valor à medida em que este Poder repasse 1% da arrecadação mensal com Taxa sobre Serviços Notariais ou Registros (TSNR). Esta transferência ocorre em cumprimento ao § 3º, art. 27, da Lei nº 11.404/1994, que prevê a aplicação na Assistência Judiciária do Estado.

Nota 7 – Dotação Atualizada – Comparada à dotação inicial da despesa, houve um acréscimo de R\$ 126.823.816,23, resultante da equação abaixo demonstrada:

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação por Superávit Financeiro	Suplementação (Recursos do Estado) ¹	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d) = (a + b + c)
1.644.956.700,00	11.823.735,78	115.000.080,45	1.771.780.516,23

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Decretos nº 47.565/2019, 47.794/2019, 48.123/2019 e 48.191/2019.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Nota 8 – Despesas Empenhadas – Atingiram o montante de R\$ 1.730.121.594,97, correspondendo a 97,65% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 41.658.921,26. Por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, não há diferença entre os valores das despesas empenhadas para as liquidadas.

5.2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, tanto no exercício de 2019, assim como em 2018, não há valores a serem apresentados a esse título.

5.3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

Todo o valor inscrito em Restos a Pagar Processado em 2018 foi pago no decorrer do exercício de 2019.

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

Nota 1 – Receita Orçamentária – Em conformidade com a orientação do MCASP e da IPC 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro, a receita deve ser apresentada líquida de deduções. São tratadas como deduções da receita as restituições de Custas e Taxa Judiciais, Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

(TSNR) e das Receitas sobre Emolumentos, e outras receitas recebidas a maior ou indevidamente evidenciadas abaixo.

Descrição	Receita Bruta	Deduções da Receita Orçamentária	Receita Orçamentária Líquida
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
Ordinária ¹	8.821.932,98	118.042,04	8.703.890,94
Vinculada	279.749.640,25	395.994,07	279.353.646,18
Recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização	274.710.104,37	393.487,28	274.316.617,09
Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	24.500,55	-	24.500,55
Recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados	5.015.035,33	2.506,79	5.012.528,54
TOTAL	288.571.573,23	514.036,11	288.057.537,12

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ A dedução da receita ordinária refere-se à restituição para a FUNAPE de valores relativos a verbas do período de inatividade.

Parte da receita da fonte de Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos é arrecadada pela UGE 070002 - FERM, entretanto, em razão do padrão definido pelo Poder Executivo, é contabilizada em fonte específica pela vinculação legal exigida na Lei Complementar nº 101/2000 (L.R.F.).

Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas – Referem-se ao valor recebido do Poder Executivo, a título de duodécimo, no valor total de R\$ 1.490.883.300,00, incluído o montante de R\$ 115.000.080,45, decorrente de créditos adicionais provenientes de anulações do Poder Executivo.

Nota 3 – Transferências Financeiras Concedidas – Compreendem o repasse financeiro à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, no valor total de R\$ 807.967,05, conforme previsto na Lei n 11.404/96, bem como o repasse à Secretaria de Defesa Social, no valor de R\$ 60.000.000,00, para aplicação em ações de ressocialização, repressão à criminalidade e combate à violência, conforme Lei nº 16.680/2019.

Nota 4 – Saldo para o Exercício Seguinte – Através da análise comparativa, verifica-se um aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

16.634.701,54, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2018, reflexo do fluxo da movimentação financeira dos ingressos e dispêndios.

Saldo Final 31/12/2019	Saldo Final 31/12/2018	Resultado Financeiro 2019
(a)	(b)	(c) = (a - b)
151.631.113,34	134.996.411,80	16.634.701,54

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Na DFC são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, inerentes à execução orçamentária, provenientes do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representa ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no item 16 da IPC 08, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

A DFC é composta por: a) Quadro Principal; b) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; c) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; d) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Destaca-se que os fluxos de caixa negativo dos investimentos, numa análise consolidada, foram custeados pelo fluxo de caixa positivo das operações e pelo uso de recursos do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2018, resultando em uma geração líquida de caixa no valor de R\$ 16.634.701,54.

A movimentação apresentada na DFC considera as receitas arrecadadas, bem como as despesas empenhadas e pagas no exercício, além daquelas pagas a título de restos a pagar.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Nota 1 – Transferências Correntes Recebidas – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 1.490.883.300,04, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro), advindo do Poder Executivo, conforme LOA e Decretos nº 47.565/2019, 47.794/2019, 48.123/2019 e 48.191/2019.

Nota 2 – Transferências Concedidas – Representam o repasse financeiro ao Poder Executivo Estadual no valor de R\$ 60.000.000,00, conforme Lei nº 16.680/2019, para aplicação em ações de ressocialização, repressão à criminalidade e combate à violência, bem como o montante de R\$ 807.967,05 transferido para a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/96. Além disso, há a despesa paga a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), no montante de R\$ 1.220.533,51, visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes.

Nota 3 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Corresponde a soma do Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os valores apresentados na DFC a título de Caixa e Equivalente de Caixa inicial e final foram confrontados com aqueles da conta de mesmo nome do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial, não havendo diferença a ser justificada.

Em atendimento ao item 2.3, Parte V do MCASP, segue no quadro abaixo a conciliação da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa com informações extraídas do Balanço Orçamentário.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração do Fluxo de Caixa	
Receitas Correntes Realizadas (Arrecadadas)	288.057.537,12
(+) Transferências Recebidas (Duodécimos)	1.490.883.300,04
(-) Despesas Correntes Pagas	(1.698.043.132,43)
(-) Restos a pagar de 2018 pagos em 2019 ref. Atividades Operacionais	(4.296.610,70)
(-) Transferência Financeiras Concedidas ¹	(60.807.967,05)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (i)</i>	15.793.126,98
Receitas de Capital Realizadas (Arrecadadas)	-
(-) Despesas de Capital Pagas	(19.787.856,96)
(-) Restos a pagar de 2018 pagos em 2019 ref. Atividades de Investimento	(5.538.518,29)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (ii)</i>	(25.326.375,25)
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (iii) = (i) + (ii)	(9.533.248,27)

¹ Compreende as transferências concedidas com impacto apenas financeiro, desconsiderando aquelas já contempladas nas despesas correntes pagas, pois tiveram também impacto orçamentário, que totalizam R\$ 1.220.533,51.

Nota 4 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2019, em um aumento no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 26.167.949,81.

Recife, 28/04/2020.

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Presidente

Nota 1: A publicação das demonstrações contábeis no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), ocorreu em 30/04/20, edição nº 78/2020, disponível no endereço <https://www.tjpe.jus.br/dje>. Acrescentamos que alguns formatos perderam a configuração, por exemplo, tamanho da fonte de citação, deslocamento, texto centralizado e tabelas, em razão da adequação automática da própria ferramenta do Dje.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2019

Nota 2: Na edição do DJe nº 78/2020 de 30/04/2020, houve um equívoco com dois índices apresentados nas notas explicativas às demonstrações contábeis, referente a nota 8 do Balanço Patrimonial (coluna variação 2019/018, página 16). A correção foi realizada através de Errata publicada na edição do DJe nº 89/2020 de 18/05/2020.